**Senacon emite nota técnica para coibir prática de preços abusivos no RS**

*Secretaria orienta órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal para fiscalizar comércios que estejam agindo de maneira criminosa*

Brasília, 03/05/2024 - A Secretaria Nacional do Consumidor (**Senacon**) emitiu, nesta sexta-feira (3), a Nota Técnica nº 5 que dispõe orientações para defender os interesses e direitos do consumidor do Rio Grande do Sul. O documento, criado com base no Código de Defesa do Consumidor, pretende evitar e punir que preços abusivos sejam praticados por comerciantes na venda de itens de primeira necessidade, como água e alimentos. A Nota Técnica é dirigida especialmente aos órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

A NT orienta que sejam promovidas fiscalizações, a criação de um canal de denúncias, a conscientização dos consumidores e a orientação sobre seus direitos. Confira:

I - Promover ações de fiscalização e autuar, na forma da legislação, os responsáveis por práticas abusivas de elevação sem justa causa do preço de produtos ou serviços;

II - Desenvolver canal de denúncia e forma de divulgação eficaz;

III - Informar, conscientizar e motivar os consumidores através dos diferentes meios de comunicação;

e IV - Prestar aos consumidores orientação sobre seus direitos e garantias em casos de elevação sem justa causa do preço de produtos ou serviços e em casos de necessidade de limitação da quantidade de produtos e serviços.

O secretário Wadih Damous destacou ser criminoso que fornecedores de serviços e comerciantes diminuam a oferta e aumentem preços de gêneros de emergências. “Nós não toleraremos este tipo de prática. Neste sentido, estamos orientando aos Procons do Rio Grande do Sul a como proceder e vamos determinar que, constatada a prática desse tipo de abuso, que constitui crime contra a ordem econômica, vamos notificar a autoridade policial”, explicou.

A Senacon está à disposição do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor, do Rio Grande do Sul, com coordenação do Procon Estadual, para orientação em medidas que façam cumprir o exposto acima.

Confira aqui a Nota Técnica nº 5.